

---

# A IMPORTÂNCIA DA APRENDIZAGEM DE NOÇÕES DE FINANÇAS NO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS DE SANTA MARIA-RS

---

**Ronie Trevisan**

*Pós-Graduando em Controle da Gestão Pública – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.  
E-mail: [ronietrevisan@yahoo.com.br](mailto:ronietrevisan@yahoo.com.br)*

**Franciele Pivetta de Mello**

*Bacharel em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Maria-RS, UFSM, RS  
E-mail: [francipivetta@yahoo.com.br](mailto:francipivetta@yahoo.com.br)*

**Tania Moura da Silva**

*Mestre em Integração Latino-Americana - UFSM,RS;  
Professora assistente do departamento de Ciências Contábeis – UFSM, RS.  
E-mail: [tanias@smail.ufsm.br](mailto:tanias@smail.ufsm.br)*

**Paulo Sérgio Ceretta**

*Doutor em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC;  
Professor adjunto do departamento de Ciências Administrativas, UFSM,RS.  
E-mail: [ceretta@smail.ufsm.br](mailto:ceretta@smail.ufsm.br)*

**Monize Samara Visentini**

*Mestranda em Administração – UFSM, RS.  
Professora das Faculdades Palotinas de Santa Maria, RS - FAPAS.  
E-mail: [monize.s.visentini@gmail.com](mailto:monize.s.visentini@gmail.com)*

---

## RESUMO

---

Na era da informação, o papel exercido pela educação é mais importante do que em qualquer outro período da história. Diante disso, o presente estudo se propõe a verificar a importância da inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas Santa Maria-RS. A pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira, do tipo quantitativo, aplicaram-se questionários a 80 professores e 387 alunos de sete escolas do ensino médio do município com o propósito de identificar o interesse dos mesmos por uma disciplina de finanças, assim como verificar o grau de importância atribuído à aprendizagem de conteúdos relacionados a finanças. Na segunda do tipo qualitativa foram realizadas 10 entrevistas com especialistas, nas áreas de educação e finanças, buscando averiguar suas considerações a respeito do tema e da viabilidade de se inserir uma disciplina de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS.

**Palavras-Chave:** Finanças, Ensino Médio, Educação Financeira.

---

## ABSTRACT

---

*In the information age, the function exercised by the education is more important than at any other period of history. In that context, the present paper seeks to verify the importance of inserting finance notions in the syllabus of high public and private schools in Santa Maria – RS. The research was divided into two steps: the first of the quantitative type and the second of the qualitative type. In the quantitative part a questionnaire was applied to 80 teachers and 387 students of 7 high schools of the city with the purpose of identifying the interest of the same for a finance subject, as the degree of importance attributed to the learning of a series of contents related to finance, shown in the referred questionnaire. In the qualitative part, 10 interviews were made with specialists, in the fields of education and finance, with the finality of inquiring their opinion and consideration about the importance of learning finance notions in high school, and the feasibility of inserting a finance subject in the syllabus of high school of Santa Maria-RS.*

**Key-words:** Finance, High School, Finance Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Um grande processo de mudança está em curso, resultante do avanço tecnológico nas mais diversas áreas e da intensificação do processo de globalização. Esse período de mudanças pode ser percebido por três aspectos importantes: as facilidades de se adquirir informação, a multiplicação e a diversificação das formas de saber e conhecer e a demanda por uma educação contínua e eficiente, características que fazem com que a atual sociedade da informação se torne cada vez mais dependente do conhecimento.

Denota-se também que o mercado de trabalho foi profundamente abalado pelas transformações a cima mencionadas. A evolução tecnológica, além de propiciar uma melhor qualidade de vida e melhoria no processo de comunicação, também tem sido responsável pela extinção de muitos postos de trabalho que acabam sendo substituídos pelas máquinas, gerando o chamado desemprego estrutural. Isso fez com que muitos adultos precisassem retornar aos bancos escolares a fim de buscar qualificação para fazer frente ao concorrido mercado de trabalho.

Assim sendo, percebe-se que o papel desempenhado, atualmente, pela educação é mais importante do que em qualquer outro período da história. Salienta-se, ainda que essa importância cresça à medida que o conhecimento se torna rapidamente obsoleto e a competição aumenta vertiginosamente, exigindo uma atualização contínua e permanente por parte dos indivíduos e das organizações.

Não obstante, muitas pessoas entram despreparadas no mercado, sem saber administrar e controlar o seu orçamento, e quando decidem abrir o seu próprio negócio acabam falindo sem saber os reais motivos. Uma dessas razões pode ser atribuída à falta de uma educação financeira iniciada desde cedo e seguida com disciplina. Dessa forma, uma das lacunas existentes no sistema educacional brasileiro é a ausência da aprendizagem de noções de finanças nas escolas, especialmente no ensino médio, o qual para muitos antecede a entrada no mercado de trabalho.

Neste contexto, torna-se inevitável questionar se a educação recebida na escola está sendo adequada para enfrentar os desafios impostos por essa nova realidade? Diante disso, pretende-se por meio do presente trabalho responder ao seguinte questionamento: “Qual o grau de importância atribuído pelos alunos e professores à inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS?”.

Observa-se que o conhecimento financeiro tornou-se imprescindível a todo o ser humano, deixando de ser atributo apenas de profissionais das áreas de administração, contabilidade e economia. Tendo-se em vista que não basta possuir uma boa renda é preciso geri-la de maneira eficaz. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo principal verificar a importância da inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS. No entanto, para a consecução do referente objetivo foi necessário coletar opiniões dos alunos e professores do ensino médio acerca do interesse e do grau de importância atribuído à aprendizagem de noções de finanças nas escolas; como também entrevistar especialistas nas áreas de educação e finanças sobre a importância e a viabilidade do problema proposto; examinar se há amparo legal, na legislação brasileira vigente, para a inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Educação e Globalização

Com o recente surgimento de vocábulos como “globalização”, “educação global”, atenta-se para um eterno problema, que ainda não foi resolvido definitivamente: o da relevância do conhecimento escolar. Conforme Santomé (1998), durante o século XX, as análises realizadas sobre o significado do

processo de escolarização, como também sobre os conteúdos culturais que se manejam nos centros educacionais, demonstram o sistemático afastamento existente entre a realidade e as instituições escolares. O currículo escolar, conforme o autor era formado por conteúdos culturais, na maioria das vezes, descontextualizados, afastados da prática vivida pelos estudantes, e as disciplinas, eram ensinadas de forma isolada, sendo assim, não proporcionavam a formação e a percepção de vínculos que tornassem possível sua estruturação com base na realidade.

No que concebe ao processo de ensino-aprendizagem, antigamente se pensava que era preciso memorizar para aprender, que o conhecimento era adquirido por meio da recepção da informação. Freire (1986, p. 38) critica essa concepção empirista, chamando-a de educação bancária, pois, "o educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador" e defende uma proposta construtivista argumentando que o educador deve "saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 1999, p.52). A concepção construtivista de construção do conhecimento foi incorporada aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM:

A aprendizagem significativa pressupõe a existência de um referencial que permita aos alunos identificar e se identificar com as questões propostas. Essa postura não implica permanecer apenas no nível de conhecimento que é dado pelo contexto mais imediato, nem muito menos pelo senso comum, mas visa a gerar a capacidade de compreender e intervir na realidade, numa perspectiva autônoma e desalienante. Ao propor uma nova forma de organizar o currículo, trabalhado na perspectiva interdisciplinar e contextualizada, parte-se do pressuposto de que toda aprendizagem significativa implica uma relação sujeito-objeto e que, para que esta se concretize, é necessário oferecer as condições para que os dois pólos do processo interajam. (PCNEM, 2000, p. 22).

Claxton (1987, p. 215), salienta que "as pessoas aprendem antes o que necessitam com mais urgência e o que querem saber". Nesse sentido, Santomé (1998) considera indispensável que as questões sociais importantes e os problemas cotidianos sejam incorporados ao currículo escolar, pois:

[...] tudo o que se distanciar de suas preocupações e interesses, que não estiver relacionado de alguma maneira com a satisfação de uma necessidade, de um desejo ou buscando evitar algum perigo, dificilmente pode chegar a converter-se em relevante e significativo para quem deve aprender. (SANTOMÉ, 1998, p.43)

Repensar o sistema educacional é um constante desafio, principalmente quando se visa formar um aluno cidadão, consciente, crítico e atuante. Esse desafio se intensifica diante das rápidas e profundas transformações nos mais variados setores da vida contemporânea, acentuadas com a Terceira Revolução Técnico-Científica, com o desenvolvimento da robótica, da informática, da bioengenharia, de novos materiais, etc, que aceleram a produção e a disseminação de novos saberes e de novas informações. Para Dowbor, Ianni e Resende (1997) é possível detectar cinco tendências – tecnologia, a globalização, a urbanização, a polarização econômica e a transformação do trabalho – que são indicadoras dessas transformações por que passam o mundo atual e que merecem ser analisadas, uma vez que são geradoras de "novos espaços de conhecimento". Analisando essas transformações, Quadros (1999) considera que a educação se revela como um campo privilegiado para a produção/difusão de novas práticas/tecnologias capazes de promover a compatibilidade entre os homens e as mudanças que acontecem em seu meio social, através, sobretudo do desenvolvimento de competências técnicas individuais e personalizadas. Diante dessa realidade, torna-se importante contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos, fato este esquecido pelo atual sistema de ensino, que desde as séries primárias instrui alunos a separar disciplinas, a dissociar os problemas, em vez de reunir e juntar, enfim, a eliminar tudo o que causa contradições.

Morin destaca que:

[...] devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada. (MORIN, 2002, p.16)

Por fim, destaca-se que, se a sociedade está em rápida transformação, denota-se daí, a aceleração na produção de novas informações, conhecimentos e saberes, o que requer dos educadores uma formação permanente e contínua e uma ação consciente, autônoma e reflexiva, de acordo com Burbules e Torres (2004), capaz de transpor a simples e mera transmissão de informações em processos formativos, ou seja, dar aos educandos condições de se apropriarem dos saberes, em prol da busca pela qualidade de vida.

## 2.2 O ensino médio no Brasil

No Brasil, inicialmente a educação secundária era restrita a um pequeno percentual de alunos das classes médias e altas devido ao fato de estar orientada, seguindo a tradição europeia, para a formação intelectual, humanística e filosófica ou para carreiras profissionais voltadas para as universidades. Na década de 1930 ocorreram reformas educacionais com a finalidade de implantar ao lado da formação secundária de cunho acadêmico as escolas técnicas de comércio que serviram como alternativa para a classe média baixa que buscava ingresso no setor terciário das cidades em desenvolvimento, sem aspirar às carreiras universitárias. Para Schwartzman, Durham e Goldemberg (1993) a única questão de política educacional relativa ao ensino médio que foi discutida com maior ênfase é a do papel deformador que as demandas do sistema universitário exercem sobre ele. Conforme os autores, de fato a maioria dos cursos secundários se organiza em razão dos procedimentos de seleção adotados pelas universidades, sendo que muitos imputam a dificuldade de uma formação mais qualitativa e complexa nas escolas secundárias à generalização das provas de múltipla escolha, ocorrida nos anos 70.

Contudo, o ensino médio no Brasil está em um processo contínuo de mudança. Transformações nos processos produtivos e na abordagem do conhecimento de forma contextualizada e interdisciplinar, o surgimento de novas tecnologias e a consolidação do Estado democrático, exigem que as instituições escolares possibilitem aos estudantes integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões essenciais e básicas da cidadania e do trabalho. Conforme argumenta Demo:

Educação assume a função de um dos fatores positivos em termos de conduzir o crescimento econômico no rumo da melhoria da qualidade de vida e da consolidação da democracia. A nova realidade econômica é cada vez mais sensível a atributos educativos como a visão de conjunto, autonomia, iniciativa, capacidade de resolver problemas, flexibilidade. Formação básica torna-se mais estratégica que especialização profissional, já que o processo produtivo tem sua qualidade e competitividade condicionadas à capacidade de organização processual, prevenção de falhas, incremento qualitativo de processos e etapas, reinterpretação de situações, exigindo raciocínio analítico, habilidade e rapidez para processar informações e tomar decisões. (DEMO, 1993, p.24)

Essas constatações são a base para as propostas de reorganização curricular para o ensino médio organizadas pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica. De acordo com os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio – PCNEM (2000) existem dois fatores que determinam a urgência em se repensar as diretrizes gerais e os parâmetros curriculares que orientam o ensino médio:

[...] as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade. [grifo dos autores]. (PCNEM, 2000, p.6)

Deve-se destacar ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, (Lei 9.394/96), que trouxe um grande avanço no sistema educacional brasileiro ao incluir o ensino médio na etapa do processo educacional considerado básico para o exercício da cidadania, para a continuidade do aprendizado em áreas superiores, para o ingresso no mercado produtivo e para a interação e inserção com a sociedade. A referida lei no seu artigo 26 dispõe sobre a parte diversificada do currículo que será definida em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, evidenciando, assim, a possibilidade da inserção de novos conteúdos como a educação financeira.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Deste modo, a LDB modificou a parte essencial instituída para o ensino médio contida na referência anterior, a Lei 5.692/71, cujo segundo grau se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica. A nova perspectiva para o ensino médio, como membro da educação escolar, conforme o Artigo 1º § 2º da Lei 9.394/96 dispõe que “deverá vincular-se ao mundo do trabalho atual e à prática social”. A nova concepção buscou construir novas alternativas de organização curricular para o ensino médio comprometidas, de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização. E de outro, com o cidadão, que se apropriará desses conhecimentos para se aprimorar, como tal, no mundo do trabalho e na prática social.

Ramal (1999, p.3) diz que é “claro que sempre se pode argumentar que haverá lacunas. Mas é difícil imaginar, na era da informação, um currículo sem lacunas, com tudo o que o jovem precise conhecer”. A escola de ensino médio pode vir a se constituir no espaço de formação de um jovem que se aproxime da realidade de outras formas, aprenda de modo diferente e que possa construir novos saberes para a cultura de seu tempo.

### **2.3 A importância da educação financeira**

As rápidas e profundas mudanças que o mundo vem passando, exigem por parte das pessoas novas posturas e habilidades. Dentre essas novas exigências pode-se incluir a educação financeira, que adquire cada vez mais relevância em um ambiente marcado pela instabilidade e pela crescente competitividade. Neste ambiente, as dificuldades financeiras deixaram de caracterizar apenas os indivíduos de classes sociais inferiores e com menos escolaridade passando a atingir a pessoas de todos os segmentos. Dados provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002-2003 – (2004, p.106) constaram que “cerca de 85% das famílias brasileiras referiram algum grau de dificuldade para chegar ao final do mês com o rendimento familiar e somente 15% fizeram menção a alguma das opções de resposta referentes a facilidades”. Santos (2006) aponta que afora os milionários, a grande maioria da população vive numa “corda bamba”.

Neste sentido, Kiyosaki e Lechter (2001 a) salientam que na era da informação, a educação é um instrumento valiosíssimo, sendo as habilidades financeiras são de importância vital. Sandroni (1989) destaca que as finanças individuais constituem um novo ramo de estudo proveniente da complexidade que a vida econômica acabou adquirindo e que estuda problemas como: orçamento familiar, utilização dos

mecanismos de crédito para o consumidor, aplicação mais vantajosa para a poupança privada e a diversificação das fontes de renda pessoal. Para Bussinger (2005) mais cedo ou mais tarde, todos independente de gênero, raça, renda e idade, terão que lidar com dinheiro e salienta ainda que o desconhecimento dos mecanismos dos mercados financeiros exclui, constantemente, milhões de pessoas da capitalização e das diversas oportunidades oferecidas no mercado.

A importância do conhecimento contábil é enfatizada por Kiyosaki e Lechter (2001 a, p.62) quando afirmam que: “A maioria das pessoas tem dificuldades financeiras porque não conhece a diferença entre um ativo e um passivo”. Os autores ainda ressaltam que as demonstrações financeiras passam a ser o boletim das pessoas depois que elas saem da escola. Franco (1989, p. 37) salienta também que “não é somente às entidades coletivas, formadas pela reunião de pessoas, que interessa a colaboração da Contabilidade, mas também aos indivíduos que, possuindo um patrimônio, uma riqueza individualizada, necessitem administrá-la e controlá-la”.

Na Inglaterra, segundo Filocre (2004), um estudo demonstrou que 88% dos entrevistados tinham depressão em função das dificuldades financeiras. Bussinger (2005), por sua vez, lista outros problemas que podem advir dos problemas financeiros tais como: a ansiedade, o estresse, o desgaste na relação conjugal, o constrangimento familiar provocado pela insistente cobrança dos credores e a queda do rendimento no trabalho.

Em razão dos avanços no campo da medicina, a expectativa de vida da população mundial tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Governos de diversos países tiveram que promover mudanças no seu sistema previdenciário diminuindo os benefícios concedidos com o intuito de tentar evitar a sua falência. Contudo, a maioria dos idosos não se preparou para esse desafio, pois creditavam a responsabilidade pela aposentadoria ao Estado e as empresas onde trabalhavam. Bussinger (2005) indica que pesquisas demonstram que no Brasil, apenas 1% das pessoas idosas são independentes financeiramente, e nos Estados Unidos esse número perfaz 2%. A partir dessa nova realidade, Kiyosaki e Lechter (2001 b, p. 57) atentam para o seguinte: “A boa notícia é que na Era da Informação, a expectativa de vida vai subir. A notícia ruim é que você pode viver mais que a aposentadoria”.

No entanto, o sistema de ensino não tem conseguido acompanhar o ritmo das mudanças globais e tecnológicas do mundo atual. Na maioria das escolas a educação financeira continua ainda sendo renegada a um segundo plano, priorizando a formação acadêmica e profissional dos indivíduos. Diante disso, Kiyosaki e Lechter observam que:

Muitos dos jovens de hoje têm crédito antes de concluir o segundo grau, e, todavia, nunca tiveram aulas sobre dinheiro e a maneira de investi-lo, para não falar da compreensão do impacto dos juros compostos sobre os cartões de crédito. Simplesmente, são analfabetos financeiros, e sem o conhecimento de como o dinheiro funciona, eles não estão preparados para enfrentar o mundo que os espera, um mundo que dá mais ênfase a despesa do que a poupança. (KIYOSAKI e LECHTER, 2000, p.13).

Boriola (2005) por sua vez destaca que nos países desenvolvidos, tradicionalmente a educação financeira cabe às famílias, sendo reservada às escolas a função de reforçar a formação que o aluno adquire em casa. O autor argumenta ainda que no Brasil, infelizmente a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, tampouco escolar. De acordo com Bussinger (2005) pesquisas afirmam que 90% das pessoas aprendem a lidar com dinheiro através dos seus pais. Dessa forma, muitos jovens acabam se tornando dependentes da habilidade financeira desenvolvida pelos seus pais, segundo Kiyosaki e Lechter (2000) esse é um dos grandes motivos pelos quais os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Alguns países perceberam a relevância que a educação financeira vem adquirindo e estão incorporando-a com sucesso no seu currículo escolar. Um exemplo, disso é a Inglaterra, onde, segundo Boriola (2005), desde Julho de 2000, a disciplina Educação Financeira é ofertada, não sendo disciplina obrigatória, porém com uma excelente aceitação. Ainda na Inglaterra, o autor destaca que 87% das pessoas gostariam que fosse introduzida a Educação Financeira na grade escolar, 98% dos jovens acham válida a disciplina para seu futuro e 89% desses jovens gostariam de ter a matéria na escola.

Já no Brasil, onde as dificuldades financeiras atingem uma grande parcela da população, a educação financeira é muito escassa. Um elevado número de pessoas não tem conseguido se adaptar a esse novo ambiente desenvolvendo as habilidades financeiras necessárias. Apesar das mudanças contempladas pela globalização nos últimos anos e do novo panorama econômico trazido pelo Plano Real, a maioria dos brasileiros ainda não possui orientação necessária para se adaptar a essa nova realidade (SOUZA e TORRALVO, 2004). Os autores acrescentam que a educação financeira é muito pouco explorada no Brasil, sendo a literatura relacionada à gestão financeira pessoal restrita e, praticamente inexistente, o oferecimento de disciplinas correlatas a este tema em cursos regulares de colégios, de faculdades e *Mbas*. Filocre (2003) também enfatiza a necessidade da educação financeira tanto do ponto de vista econômico quanto social para o país assegurando que se o Brasil não encarar rapidamente a necessidade de educar parte considerável da população para que seja capaz de constituir uma poupança, não se livrará do vício indolente de uma economia eternamente sobressaltada pelo temor das fugas de capital; e de outro lado sob o ponto de vista social, a premência da educação financeira nas escolas não é menor.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho apresenta caráter exploratório, o qual, de acordo Aaker et al. (2001), busca um entendimento sobre a natureza geral de um problema, as possíveis hipóteses alternativas e as variáveis relevantes que precisam ser consideradas (AAKER, 2001). A pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira de caráter quantitativo abrangendo a aplicação de questionários realizada junto a alunos e professores do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS e a segunda de caráter qualitativo referente à realização de entrevistas com profissionais com conhecimento nas áreas de educação e finanças.

Na primeira parte, o universo foi constituído por todos os alunos e professores do ensino médio regular das escolas de Santa Maria-RS. Segundo o Censo Escolar 2005, essa população era composta por um total de 11.997 alunos e 979 professores. Desse total foram extraídas duas amostras não probabilísticas do tipo acidental, uma composta por 387 alunos e outra por 80 docentes. No questionário, com o intuito de verificar o grau de interesse dos alunos e professores em relação a assuntos pertinentes a finanças, foram elencados 17 conteúdos relativos ao tema para que os respondentes julgassem a importância da sua aprendizagem no ensino médio. Ressalta-se que os conteúdos relativos a finanças mencionados foram apresentados de uma forma acessível para que pudessem ser compreendidos pelos respondentes, principalmente pelos alunos. Para a aferição do grau de importância atribuído empregou-se uma escala do tipo Likert de 5 pontos: de “nada importante” (1) a “muito importante” (5), sendo adicionada a ela a categoria “sem condições de opinar” (SCO). Já para avaliar o grau de importância atribuído pelos alunos e professores do ensino médio a inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio, utilizou-se uma escala numérica de 0 a 10. A finalidade da utilização dessa escala na referida questão foi a aumentar a precisão na sua mensuração, pois conforme Hair, Jr. et. Al. (2005, p.194) “quanto maior o número de categorias, maior a exatidão da escala de mensuração”. Por fim, a última pergunta objetivava verificar o interesse dos respondentes no oferecimento de uma disciplina específica de finanças em suas escolas.

Já para averiguar a opinião de especialistas nas áreas de educação e finanças acerca da importância e da viabilidade da inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas santamarienses, foram entrevistadas 10 pessoas com conhecimentos nas áreas de educação e finanças, selecionados por conveniência, sendo oito deles professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e dois funcionários da Oitava Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (8ª CRE-RS). O método utilizado para a coleta de dados foi à entrevista do tipo estruturada, na qual segundo Diehl e Tatim (2004, p.66) “O entrevistador segue um roteiro pré-estabelecido. Ou seja, as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas”. O intuito principal da utilização desse tipo de entrevista foi a de obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas permitindo que: “que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas” (LODI, 1974, p. 16 apud LAKATOS e MARCONI, 2003, p.197).

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Análise da pesquisa realizada junto aos alunos do ensino médio**

Foram entrevistados 387 alunos do ensino médio regular de 7 estabelecimentos de ensino, sendo 3 públicos estaduais, que representaram 65,37% dos estudantes pesquisados, 2 públicos federais (15,76%) e 2 particulares (18,86%). Os respondentes possuíam em média 16,02 anos de idade, 46,25% pertenciam ao sexo masculino e 53,75% ao sexo feminino. Do total de discentes pesquisados, 24,55% estudavam no 1º ano do ensino médio, 50,13% no 2º ano e 25,35% no 3º ano; e apenas 8,78% do total de amostra trabalhavam.

A Tabela 1, a seguir, demonstra os graus de importância, em uma escala de 1 “nada importante” a 5 “muito importante”, atribuídos pelos estudantes pesquisados aos 17 conteúdos relacionados a finanças elencados no questionário.

Os resultados evidenciados pela Tabela demonstram um considerável grau de importância atribuído pelos alunos aos conteúdos avaliados, sendo que as médias de todos os temas avaliados médias superiores a 3 (ponto intermediário ou de quebra). Em apenas um dos assuntos avaliados (tipos de financiamento existentes no mercado) o percentual de discentes que considerou muito importante (soma dos graus 4 e 5) a aprendizagem dos conteúdos avaliados mostrou-se inferior a 50%, ao passo que o percentual de alunos que atribuíram pouca ou nenhuma importância (soma dos graus 1 e 2) ao ensino dos referidos itens foi inferior a 25%. Outro aspecto relevante foi o baixo índice de abstenção dos estudantes que se revelou inferior a 10% em todos os itens avaliados.

Dentre os 17 itens avaliados os que obtiveram as três melhores médias foram: direitos e deveres do consumidor (4,45), que recebeu a maior média entre os alunos de todas as instituições de ensino estudadas; orçamento doméstico (4,19), que obteve um grau de importância médio superior a 4 em seis das sete escolas pesquisadas; e cálculo dos juros pagos nas operações de crédito (4,12).

**Tabela 1 – Grau de importância atribuído pelos alunos à aprendizagem no ensino médio dos conteúdos relacionados à finanças**

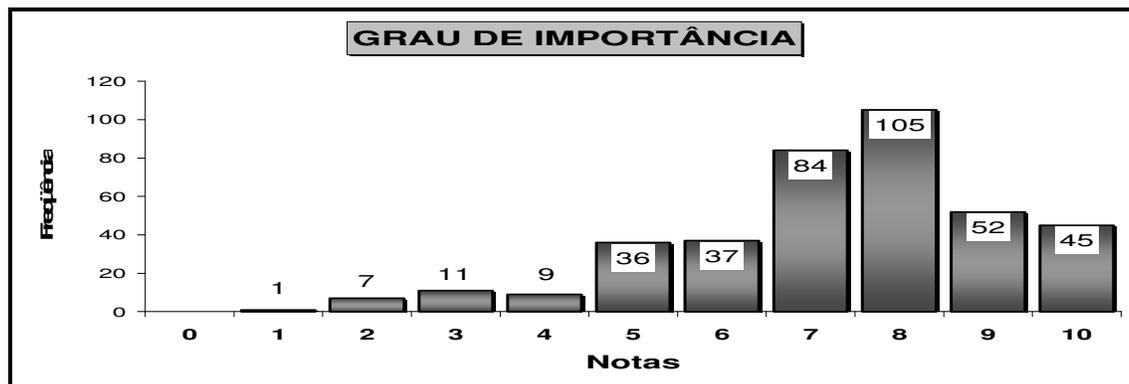
<b>Itens avaliados</b>	<b>Grau de Importância</b>
1) Do quanto uma pessoa paga de juros na compra parcelada de um produto.	3,86
2) Das vantagens e desvantagens das compras à vista e a prazo.	3,96
3) Dos direitos e dos deveres do consumidor.	4,45
4) De como calcular as taxas e os juros, que uma pessoa paga quando recorre a um empréstimo em um banco ou em uma financeira.	4,12
5) Dos diferentes lugares onde uma pessoa pode investir ou aplicar o seu dinheiro (Bolsa de Valores, poupança, CDB, dólares) e seus respectivos rendimentos, riscos, prazos e impostos incidentes.	3,74
6) Dos tipos de financiamentos e empréstimos existentes atualmente no mercado, (suas taxas de juros, formas e prazos de pagamento e garantias necessárias).	3,39
7) Das exigências que devem ser atendidas para se conseguir um financiamento ou empréstimo para a aquisição de uma casa própria, para abertura de uma empresa ou para financiar uma lavoura.	3,57
8) De como elaborar um orçamento (ou planejamento) doméstico identificando as receitas (salário, pensão, mesada) e os gastos (alimentação, telefone, água, luz, material escolar, aluguel, condomínio) para o próximo mês.	4,19
9) Das formas de controlar o orçamento (ou planejamento), verificando se o que foi planejado está ocorrendo, identificando os problemas e procurando corrigi-los.	3,89
10) Dos tributos (impostos) que uma pessoa paga quando possui (ou adquire) um automóvel, uma propriedade rural ou um apartamento/casa.	3,80
11) Das desvantagens e conseqüências de ter o nome inscrito no Serviço de proteção ao crédito (SPC) e/ou na Serasa.	3,51
12) Das causas e conseqüências do endividamento e formas de superá-lo.	3,80
13) Dos impostos incidentes sobre o salário de uma pessoa.	3,91
14) Do quanto uma pessoa receberá por mês ao se aposentar pela Previdência Social (INSS) ou pela Previdência Privada.	3,97
15) Da importância dos seguros (residencial, veículos, pessoal) na vida de uma pessoa.	3,74
16) De saber o que significa inflação e os meios de defesa contra ela.	3,89
17) Do conhecimento do que é uma ação, Bolsa de Valores e como negociar nela.	3,53

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tendo-se em vista que os conteúdos elencados aos alunos não eram exaustivos, perguntou-se aos mesmos sobre a existência de outros assuntos relacionados a finanças que gostariam que fossem abordados no ensino médio. No entanto, apenas 5,68% dos discentes sugeriram outros temas. Dentre os itens citados pode-se destacar: noções de economia e administração do dinheiro, economia internacional, noções de contabilidade, como abrir e administrar uma empresa.

O Gráfico 1, demonstra o grau de importância atribuído pelos estudantes pesquisados à inclusão de noções de finanças no currículo do ensino médio. Dentre os 387 respondentes, em uma escala de zero a dez, apenas 28 alunos (7,24%) atribuíram notas inferiores a 5 (ponto intermediário ou de quebra), enquanto que 323 (83,46%) discentes atribuíram notas maiores do que 5. Esse resultado revela um elevado interesse dos alunos em aprender na escola questões relativas a finanças. Destaca-se, ainda, que os níveis de importância médios atribuídos pelos alunos das sete instituições de ensino a inserção de noções de finanças no ensino médio oscilaram entre 6,90 a 7,53, sendo que a diferença entre as médias não se mostrou estatisticamente significativa ( $p < 0,05$ ). Outro aspecto importante revelado pela análise de variância, foi a diferença estatisticamente significativa ( $p = 0,08$ ) entre os graus de importância médios atribuídos pelos estudantes que trabalhavam (8,12) e os que não trabalhavam (7,24).

**Gráfico 1 – Grau de importância atribuído pelos alunos à inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS. Fonte: Dados da Pesquisa.**



\* Média = 7,32 Mediana = 8,00 Desvio Padrão = 1,85

Por fim, o gráfico 2, a seguir, evidencia o interesse dos discentes pesquisados na oferta de uma disciplina de finanças em suas escolas, revelando que mais que dois terços (68,48%) desses gostariam de estudar uma disciplina de finanças. Entre as sete escolas pesquisadas o percentual de alunos interessados na oferta da referida disciplina oscilou entre 63,64% e 74,18%. Não obstante, 71,19% dos estudantes do sexo masculino pesquisados mostraram-se interessados em aprender uma disciplina de finanças, enquanto que entre as mulheres esse percentual foi de 71,19%.

**Gráfico 2 – Interesse dos alunos no oferecimento de uma disciplina de finanças. Fonte: Dados da Pesquisa.**



#### 4.2 Análise dos resultados da pesquisa realizada junto aos professores

A amostra de professores foi composta por 80 docentes, sendo 57 de escolas públicas estaduais, 11 de escolas públicas federais e 12 de instituições de ensino particulares. Dentre os professores pesquisados, 73,75% pertenciam ao sexo feminino e 26,25% pertenciam ao sexo masculino. No que pertence a área de atuação dos respondentes a amostra mostrou-se diversificado, sendo entrevistados 11 professores de Matemática, 10 de História, 9 de Português, 8 de Química, 6 de Biologia, 4 de Geografia, 4 de Língua Estrangeira, 3 de Literatura Brasileira, 3 de Física, 1 de filosofia, e 17 respondentes não identificaram a disciplina que lecionavam.

A Tabela 2 revela de forma sucinta os graus de importância atribuídos pelos professores à aprendizagem no ensino médio de 17 temas relacionados a finanças. Os resultados demonstram que os professores consideraram como sendo muito importante a aprendizagem dos referidos assuntos, tendo-se em vista que 16 dos 17 conteúdos elencados alcançaram entre os docentes médias superiores a quatro. Os quatro itens que os professores atribuíram as maiores médias foram: elaboração de um orçamento familiar (4,82), direitos e deveres do consumidor (4,81), vantagens e desvantagens das compras à vista e a prazo

(4,79) e o cálculo dos juros pagos em compras a prazo (4,78). Observa-se que as médias atribuídas a esses itens foram muito próximas a cinco, não obstante o percentual de docentes que consideraram muito importante (soma dos graus 4 e 5) a aprendizagem desses quatro assuntos foi igual ou superior a 95%. O item que recebeu a pior média por parte dos profissionais da educação entrevistados foi a aprendizagem de questões relativas a mercado de capitais (bolsa de valores e ações) que alcançou uma média de 3,51. Ressalta-se que esse foi o único item entre os enumerados no questionário em o percentual de professores que consideraram pouco ou nada importante a aprendizagem (soma dos graus 1 e 2) foi superior a 10%.

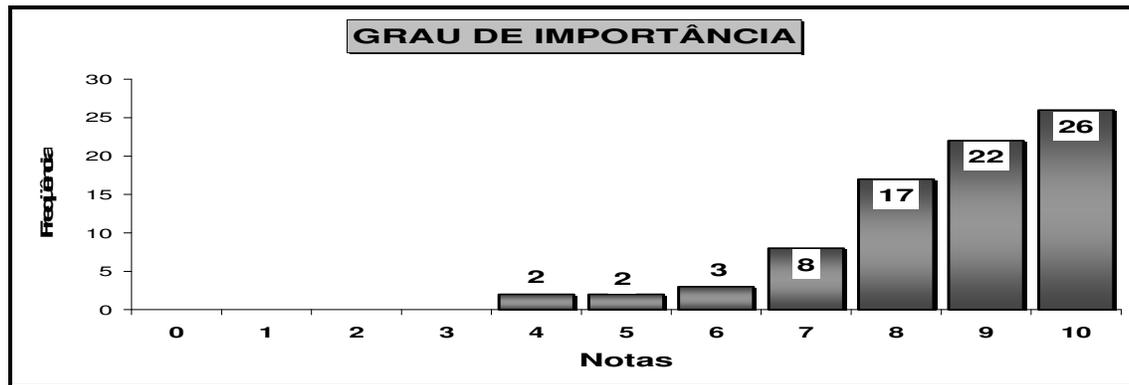
**Tabela 2. Grau de importância atribuído pelos professores à aprendizagem no ensino médio dos conteúdos relacionados à finanças.**

Itens avaliados	Grau de Importância
1) Do quanto uma pessoa paga de juros na compra parcelada de um produto.	4,78
2) Das vantagens e desvantagens das compras à vista e a prazo.	4,87
3) Dos direitos e dos deveres do consumidor.	4,81
4) De como calcular as taxas e os juros, que uma pessoa paga quando recorre a um empréstimo em um banco ou em uma financeira.	4,66
5) Dos diferentes lugares onde uma pessoa pode investir ou aplicar o seu dinheiro (Bolsa de Valores, poupança, CDB, dólares) e seus respectivos rendimentos, riscos, prazos e impostos incidentes.	4,15
6) Dos tipos de financiamentos e empréstimos existentes atualmente no mercado, (suas taxas de juros, formas e prazos de pagamento e garantias necessárias).	4,25
7) Das exigências que devem ser atendidas para se conseguir um financiamento ou empréstimo para a aquisição de uma casa própria, para abertura de uma empresa ou para financiar uma lavoura.	4,16
8) De como elaborar um orçamento (ou planejamento) doméstico identificando as receitas (salário, pensão, mesada) e os gastos (alimentação, telefone, água, luz, material escolar, aluguel, condomínio) para o próximo mês.	4,82
9) Das formas de controlar o orçamento (ou planejamento), verificando se o que foi planejado está ocorrendo, identificando os problemas e procurando corrigi-los.	4,67
10) Dos tributos (impostos) que uma pessoa paga quando possui (ou adquire) um automóvel, uma propriedade rural ou um apartamento/casa.	4,54
11) Das desvantagens e conseqüências de ter o nome inscrito no Serviço de proteção ao crédito (SPC) e/ou na Serasa.	4,59
12) Das causas e conseqüências do endividamento e formas de superá-lo.	4,65
13) Dos impostos incidentes sobre o salário de uma pessoa.	4,69
14) Do quanto uma pessoa receberá por mês ao se aposentar pela Previdência Social (INSS) ou pela Previdência Privada.	4,61
15) Da importância dos seguros (residencial, veículos, pessoal) na vida de uma pessoa.	4,28
16) De saber o que significa inflação e os meios de defesa contra ela.	4,44
17) Do conhecimento do que é uma ação, Bolsa de Valores e como negociar nela.	3,51

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apesar de considerarem muito importante a aprendizagem dos conteúdos relacionados a finanças, os professores em sua maioria (95%) preferiram não sugerir outros temas relacionados à área para serem abordados no ensino médio das escolas de Santa Maria-RS. Os itens citados foram: noções de balanço social, orçamento público, matemática financeira e tributos.

**Gráfico 3 – Grau de importância atribuído pelos professores à inserção de noções de finanças no ensino médio das escolas de Santa Maria-RS. Fonte: Dados da Pesquisa.**

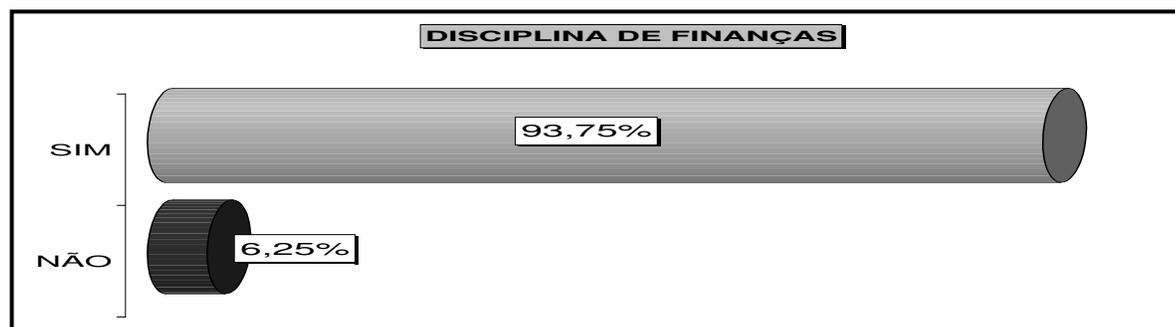


\*Média= 8,57 Mediana = 9,00 Desvio Padrão= 1,46

O gráfico 3, na página anterior, revela o elevado grau de importância atribuído pelos professores à inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio. Dentre os 80 respondentes, em uma escala de zero a dez, apenas 2 docentes (2,50%) atribuíram notas inferiores a 5 (ponto intermediário ou de quebra), enquanto que 48 professores (60%) atribuíram notas iguais ou maiores do que nove. Salienta-se, ainda, que o grau de importância médio atribuído pelos professores das escolas particulares pesquisados (9,33), à inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio foi significativamente superior às atribuídas pelos professores de escolas públicas (8,44).

Por fim, o gráfico 4, a seguir, revela que 93,75% dos professores pesquisados gostariam que nas escolas onde trabalhavam, fosse ofertada uma disciplina de finanças aos seus alunos para que esses não necessitassem aprender sozinhos questões relacionadas a finanças, principalmente quando entrassem para o mercado de trabalho. Ressalta-se ainda que entre os docentes do sexo feminino apenas uma não se mostrou favorável a inclusão de uma disciplina de finanças no currículo do ensino médio.

**Gráfico 4 – Interesse dos professores no oferecimento de uma disciplina de finanças. Fonte: Dados da Pesquisa.**



### 4.3 Análise das entrevistas realizadas junto as especialistas nas áreas de educação e finanças

O objetivo da presente seção é descrever opiniões obtidas nas entrevistas realizadas junto a especialistas nas áreas de educação e finanças sobre a importância e a viabilidade da inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS.

**Quadro 1. Breve perfil dos profissionais entrevistados. Fonte: Elaborado pelos autores.**

Entrevistado (a)	Função exercida	Titulação
A	Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Doutora em educação
B	Funcionária da 8º Coordenadoria Regional de Educação (CRE-RS)	Pedagoga e Psicopedagoga
C	Funcionária da 8º Coordenadoria Regional de Educação (CRE-RS)	Especialista em Gestão Educacional
D	Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Mestre em Filosofia
E	Professor do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Mestre em Engenharia de Produção
F	Professor do Departamento de Ciências Econômicas Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Mestre em Engenharia de Produção
G	Professor do Departamento de Ciências Administrativas Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Mestre em Administração
H	Professor do Departamento de Ciências Administrativas Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Doutor em Engenharia de Produção
I	Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Doutorando em Engenharia de Produção
J	Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM)	Mestre em Contabilidade

A maioria dos entrevistados, que apresentam perfil destacado no Quadro 1, exceto o entrevistado “G”, considerou que a aprendizagem de noções básicas de finanças é de fundamental importância, pois ela deveria ser elemento integrante de todo o processo educacional, uma vez que faz parte do cotidiano dos sujeitos que constituem a sociedade. Em vista disso, a entrevistada “B” alega que o currículo escolar deve ser alicerçado em temas de relevância social, rompendo com a disciplinaridade e com conteúdos sem significado para a vida.

Atualmente muito se tem discutido a respeito da atribuição da responsabilidade pela educação financeira dos jovens. Diante disso, indagou-se aos entrevistados sobre a quem caberia a responsabilidade pela educação financeira dos filhos, a família ou a escola? Todos respondentes atribuíram essa incumbência a ambas as instituições. Sendo que os entrevistados “D”, “E” e “F” consideram que a escola como a principal instituição responsável por esses conhecimentos, pois ela possui autonomia para determinar o seu projeto educativo, o seu currículo e organizar os conteúdos de forma que estes estabeleçam relações com o mundo do trabalho e com as práticas sociais. Não obstante, o entrevistado “F” considerou que se as noções de finanças não fossem abordadas na escola o conhecimento sobre a matéria ficaria, para muitos, restrito ao “saber popular”.

Ao averiguar junto aos entrevistados se os alunos do ensino médio encontram-se em uma faixa etária propícia à aprendizagem de noções de finanças, oito deles (“A”, “B”, “D”, “E”, “F”, “H”, “I”, “J”) apontaram que o adolescente já está apto para aprender esse tipo de conteúdo, desde que este não seja muito complexo. Ao passo que quatro dos entrevistados (“B”, “D”, “H” e “I”) argumentaram que essas noções deveriam ser trabalhadas ainda no ensino fundamental, tendo-se em vista que desde as séries iniciais o aluno já tem condições de adquirir conhecimento sobre o básico em finanças, sendo que este saber adquirido poderá ser aperfeiçoado paralelamente à evolução do seu nível de aprendizado. Diante do exposto, a entrevistada “A” observou o seguinte:

Acredito que nessa faixa etária os alunos estão em condições de promover as relações entre todas as suas aprendizagens ocorridas no decorrer da sua trajetória de vida, sem, contudo esquecer que o adolescente é um sujeito que está preocupado em organizar o seu momento atual; a sua visão de futuro, não é a mesma dos sujeitos ditos “adultos”.

Todavia, a entrevistada “C” argumentou que os jovens estão ingressando no ensino médio muito cedo, sendo muito imaturos para a aprendizagem de noções de finanças.

No que concerne aos conteúdos relacionados a finanças, cujo aprendizado no ensino médio foi considerado essencial pelos entrevistados, foram citados os seguintes: administração e controle do orçamento familiar e pessoal; importância da poupança; capacidade de endividamento; obtenção e pagamento de empréstimos; desenvolvimento de uma atitude crítica em relação aos gastos públicos; direitos e deveres do consumidor; juros simples e compostos; tributos incidentes sobre produtos, mercadorias e salários; conhecimentos sobre o funcionamento dos órgãos de proteção ao crédito; inflação e suas conseqüências; opções de investimentos e; dinâmica do mercado financeiro.

O ponto de maior divergência entre os entrevistados ocorreu quando interrogados se o ensino de noções de finanças deveria ocorrer por meio de uma única disciplina ou incorporado a outras disciplinas como a matemática, quatro dos entrevistados (“A”, “H”, “I” e “J”) manifestaram-se como sendo a favor da criação de uma disciplina de finanças. O entrevistado “I” complementou dizendo que a carga horária da referida disciplina poderia ser menor, não descartando a possibilidade da realização de seminários obrigatórios como substitutos da disciplina. Outros cinco entrevistados (“B”, “C”, “D”, “E” e “F”), no entanto, entendem que não existe a necessidade de uma disciplina específica de finanças, podendo esse conteúdo ser abordado de forma interdisciplinar, ou seja, incorporados a outras disciplinas, principalmente à matemática.

A seguir perguntou-se, se caso os conteúdos viessem a ser abordados por uma única disciplina a quem o entrevistado atribuiria a função de lecionar a disciplina de finanças. Três respondentes (“C”, “D” e “E”) atribuíram a responsabilidade a matemáticos, sendo que um deles o “E” propôs a realização de seminários com administradores, contadores e economistas com objetivo de complementar os conteúdos transmitidos aos alunos pelos professores de matemática. Já outros cinco entrevistados (“A”, “F”, “H”, “I” e “J”) imputaram a responsabilidade a profissionais com conhecimento específico na área, ou seja, a administradores, contadores e economistas. Contudo a entrevistada “A” defende que além do conhecimento técnico, esses profissionais necessitariam de conhecimentos pedagógicos. Dois outros entrevistados “B” e “G” abstiveram-se de responder a referida indagação.

No que se refere à viabilidade da inclusão de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS, nove entrevistados consideraram viável a referida proposta, ressaltando-se a condição levantada pela entrevistada “A”:

Desde que essa opção seja legitimada junto à comunidade escolar, a partir de uma discussão que poderá culminar em adaptações à proposta político pedagógica da instituição que deverá ter claro os seus objetivos e o perfil do sujeito que pretende formar.

Dentre os fatores que favoreceriam a inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria-RS foram ressaltados pelos respondentes os seguintes: os problemas financeiros são motivos de muitos conflitos ocorridos no ambiente familiar; a influência exercida pela propaganda, bem como a facilidade de obtenção de recursos financeiros por meio do cartão, cheque e caixa eletrônico favorecem a perda do controle sobre as finanças; a referida proposta poderia constituir-se como uma forma de aplicação prática dos conteúdos da matemática; necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica sobre finanças, principalmente públicas.

Dentre os fatores que dificultariam a implementação da proposta foram elencados alguns como: ausência de professores realmente habilitados para lecionar os conteúdos de finanças aos alunos do ensino médio; o pensamento que muitos possuem que se trata de mais um conteúdo. No entanto, de acordo com o entrevistado “D” não se trata de mais um conteúdo, mas de uma nova forma de aplicação de um conteúdo já existente, ou seja, trata-se da matemática aplicada ao cotidiano.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho visou verificar a importância da inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas de Santa Maria, para isso utilizando-se da coleta de dados junto a professores e alunos. A partir da análise destes dados foi confirmado que alunos e professores demonstraram interesse e consideraram importante a inserção de noções de finanças no currículo do ensino médio, atingindo assim o objetivo proposto. Em uma escala de zero a dez verificou-se uma média consideravelmente alta de 7,32 e 8,57 atribuída respectivamente pelos alunos e professores das escolas pesquisadas, referente à avaliação geral sobre a importância da inclusão de noções de finanças no currículo do ensino médio. Deduzindo-se através dos valores obtidos acima que os professores conferem uma importância ainda maior à aquisição do conhecimento na área financeira, visto que, mais do que os próprios alunos conhecem as necessidades destes e a realidade existente no ambiente escolar.

Ainda com relação aos objetivos da pesquisa foi constatado amparo legal na legislação brasileira vigente para a inserção de uma nova disciplina no currículo das instituições escolares. Quando a Lei de Diretrizes e Bases traça as diretrizes gerais para a organização curricular, disponibilizando disciplinas em caráter optativo; e trata da parte diversificada do currículo articulada com a base nacional comum, indicando a sua flexibilização. Não obstante destaca-se que a escola está aberta não só a uma série de saberes até então dela excluídos como também a interdisciplinaridade.

Em se tratando das entrevistas realizadas junto a especialistas nas áreas de educação e finanças, estes confirmam a elementar importância do aprendizado de noções de finanças, ressaltando que a organização curricular deve estar baseada em temas ligados às práticas sociais e ao mundo do trabalho. Como também consideram viável a inclusão de noções de finanças no currículo do ensino médio das escolas, sendo colocado pelos entrevistados alguns fatores que poderiam favorecer ou dificultar a implementação da proposta, conforme a análise das entrevistas realizada. Entretanto, não se confirmou um consenso entre os entrevistados sobre a forma de inserção de uma disciplina de finanças, que poderia ser agregada à matemática ou a outras disciplinas afins, como também sob a modalidade de uma única disciplina. Apontando assim a necessidade de uma discussão minuciosa sobre o assunto entre as unidades escolares como um todo, visto que também haveria um problema quanto à ausência de profissional habilitado para lecionar questões relativas a finanças.

Com vistas a um maior aprofundamento do assunto, a seguir, são apontadas algumas sugestões de pesquisas e medidas que poderiam ser adotadas visando complementar, corroborar ou discordar com as descobertas do presente estudo.

Em razão de o trabalho ter sido realizado somente na cidade de Santa Maria-RS, sugere-se que o mesmo sirva de modelo a outras pesquisas envolvendo o tema, em outras localidades e em outros níveis da educação básica, como a educação infantil, o ensino fundamental e o EJA. Não obstante, o fato dos alunos que trabalhavam terem atribuído um grau de importância médio significativamente superior àqueles que não trabalhavam, demonstra a relevância da realização de uma pesquisa junto aos alunos do Programa de Educação de Jovens (EJA) que em sua maioria já trabalham. Tendo em vista que os estudantes do EJA possuem um contato maior com as questões relativas a finanças, o programa poderia configurar-se como o local mais propício para a introdução de noções de finanças no ambiente escolar.

No curto prazo, a educação financeira poderia ser incorporada de forma interdisciplinar a outras disciplinas já existentes no currículo escolar. Contudo, a médio e a longo prazo, além dessa abordagem interdisciplinar, os conteúdos de finanças deveriam ser trabalhados também por meio de uma disciplina ministrada por professores bacharéis nos cursos de administração, contabilidade ou economia, os quais deveriam apresentar habilidades e competências pedagógicas a serem desenvolvidas durante a graduação.

Por fim, conclui-se afirmando que a implantação de noções de finanças no currículo das escolas somente obterá êxito, quando for realizado um amplo debate no qual participem toda a comunidade escolar, em busca de um consenso acerca de como inserir os conteúdos de finanças no ambiente escolar.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAKER, D. et al. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas, 2001.
- BORIOLA, Cláudio. *Projeto educação financeira nas escolas*. 2005. Disponível em: <[http://www.boriola.com.br/secoes1.asp?f\\_codigo=36](http://www.boriola.com.br/secoes1.asp?f_codigo=36)>. Acesso em: 08 out. 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio, bases legais*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/baseslegais.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2007.
- BURBULES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto. *Globalização e educação: perspectivas críticas*. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BUSSINGER, Eliana. *As leis do dinheiro para mulheres: como nossas mães nunca mais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CLAXTON, Guy. *Vivir e aprender: Psicología de ldesarrollo y del cambio em la vida cotidiana*. Madri: Alianza, 1987.
- DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. *Desafios da Globalização* Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- FILOCRE, Cássia D' Aquino. *A importância de a escola investir na educação financeira*. 2003. Disponível em: [http://www.educacional.com.br/articulas/outrosEducacao\\_artigo.asp?artigo=artigo0013](http://www.educacional.com.br/articulas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0013)>. Acesso em: 08 out. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Ponha fim ao pesadelo: acabe com a inadimplência: Como poupar*. 2004. Disponível em: <[http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?id\\_conteudo=29](http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?id_conteudo=29)>. Acesso em: 08 out. 2007.
- FRANCO, Hilário. *Contabilidade geral*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12ª. Edição. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1986
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 10ª. Edição. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1999.
- HAIR Jr., Joseph F. et. al. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Tradução Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – POF: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/pof2002.pdf>> Acesso em: 02 out. 2007.

- KIYOSAKI, Robert; LECHTER, Sharon L. *Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre o dinheiro*. Tradução de Maria Monteiro. 52 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O guia do pai rico: filho rico, filho vencedor: como preparar seu filho para ganhar dinheiro*. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Independência financeira: o guia do pai rico*. Tradução de Maria Fernanda Wolff de Carvalho. 13 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E.M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- QUADROS, Terezinha. Globalização, Novas Tecnologias, Educação e Trabalho: uma reflexão sobre a possibilidade de superação da exclusão. 1999. *Site do Núcleo de Pesquisa e Projetos em Educação a Distância – NUPPEAD da Unifacs* Disponível em: <<http://www.nuppead.unifacs.br/artigos/global.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007.
- RAMAL, Andrea Cecília. As mudanças no ensino médio a partir da lei 9.394/96 e das DCNEM. 1999. *Site do ID Projetos Educacionais*. Disponível em <<http://www.idprojetoseducacionais.com.br/artigos/Dcnem.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2007.
- SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. 5. ed. São Paulo: Best Seller, 1989.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SANTOS, Isabela. Falta de dinheiro. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p.31, 2 out. 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon; DURHAM Eunice Ribeiro; GOLDEMBERG, José. *A educação no Brasil em uma perspectiva de transformação*. São Paulo, 1993. Disponível em: <[http://www.schwartzman.org.br/simon/transform.htm#\\_1\\_19](http://www.schwartzman.org.br/simon/transform.htm#_1_19)> Acesso 08 out. 2006.
- SOUSA, Almir Ferreira de; TORRALVO, Caio Fragata . *A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal*. Anais do VII SemeAD – FEA – USP, São Paulo, 2004..Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%27as/FIN01-\\_gest%23o\\_dos\\_pr%2F3prios\\_recurso.s.PDF](http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%27as/FIN01-_gest%23o_dos_pr%2F3prios_recurso.s.PDF)>. Acesso em: 25 out. 2007.